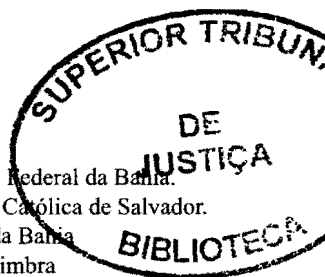


STJ00081022

ORLANDO GOMES

Professor Emérito na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.  
Professor Honorário na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Salvador.  
Professor Catedrático da Universidade Federal da Bahia  
Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra



---

---

# OBRIGAÇÕES

---

---

17ª Edição

Revista, Atualizada e Aumentada, de acordo  
com o Código Civil de 2002 e com a Lei de Falência de 2005, por:

Edvaldo Brito

Professor Emérito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo),  
em cuja Faculdade de Direito leciona *Direito das Obrigações*, desde 1992.  
Advogado na Bahia e em São Paulo.



Rio de Janeiro  
2009

## SUMÁRIO

<i>Obras do Autor</i> . . . . .	VII
Nota Prévia do Atualizador, nesta 17ª Edição . . . . .	1
Introdução à 16ª Edição . . . . .	3
Capítulo 1 – Direito das Obrigações . . . . .	5
Capítulo 2 – A Obrigação . . . . .	15
Capítulo 3 – Fontes das Obrigações . . . . .	33
Capítulo 4 – Objeto da Obrigação . . . . .	43
Capítulo 5 – Prestações Especiais . . . . .	55
Capítulo 6 – Modalidades das Obrigações . . . . .	73
Capítulo 7 – Modalidades das Obrigações (cont.) . . . . .	91
Capítulo 8 – Obrigação Natural . . . . .	99
Capítulo 9 – Teoria do Pagamento . . . . .	109
Capítulo 10 – Regras do Pagamento . . . . .	119
Capítulo 11 – Quitação . . . . .	133
Capítulo 12 – Modalidades do Pagamento . . . . .	141
Capítulo 13 – Modos Especiais de Extinção das Obrigações . . . . .	149
Capítulo 14 – Compensação . . . . .	158
Capítulo 15 – Novação . . . . .	165
Capítulo 16 – Teoria do Inadimplemento . . . . .	173
Capítulo 17 – Consequências da Inexecução Culposa . . . . .	183
Capítulo 18 – Mora . . . . .	201
Capítulo 19 – Execução Coativa . . . . .	211
Capítulo 20 – Teoria dos Riscos . . . . .	223
Capítulo 21 – Modificações da Relação Obrigacional . . . . .	235
Capítulo 22 – Cessão de Crédito . . . . .	243
Capítulo 23 – Assunção de Dívida . . . . .	257
Capítulo 24 – Tutela e Garantia dos Créditos . . . . .	271
Capítulo 25 – Declaração Unilateral de Vontade . . . . .	281
Capítulo 26 – Gestão de Negócios . . . . .	289
Capítulo 27 – Pagamento Indevido e Enriquecimento sem Causa . . . . .	297
Capítulo 28 – Títulos de Crédito . . . . .	305
Índice Analítico das Matérias . . . . .	315

## ÍNDICE ANALÍTICO DAS MATÉRIAS

<i>Sumário</i> .....	V
<i>Obras do Autor</i> .....	VII
Nota Prévia do Atualizador, nesta 17ª Edição .....	1
Introdução à 16ª Edição .....	3

### Capítulo 1

#### DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1. <i>Direito das Obrigações</i> – A divisão do Direito Civil em partes <i>especiais</i> . Direitos pessoais-patrimoniais; direitos reais e direitos de crédito. Terminologia; direito das obrigações; direitos de crédito. Parte Geral do Direito das Obrigações; divisão da matéria. Parte especial. ....	5
2. <i>Importância</i> – Aplicação do princípio da autonomia da vontade. Influência na vida econômica. Importância numérica .....	7
3. <i>Localização</i> – Procedência de seu estudo na parte especial do Direito Civil; razões que a justificam. Preordenação na Parte Geral. Obrigações em outra parte do Direito Civil .....	8
4. <i>Plano da obra</i> – Divisão do Livro III do Código Civil, Parte Geral: modalidades das obrigações; efeitos das obrigações; cessão de crédito .....	10
5. <i>Dever jurídico</i> – <i>Sujeição</i> – <i>Ônus jurídico</i> .....	11
6. <i>O problema da unificação</i> – Processo de unificação parcial do Direito Civil; o Código suíço das obrigações. Unificação total. Dificuldades para unificar as obrigações cíveis e mercantis .....	12

### Capítulo 2

#### A OBRIGAÇÃO

7. <i>Conceito</i> – A obrigação vista pelo lado passivo; definição. A definição das <i>Institutas</i> ; crítica. A prestação; o conceito de Paulo. A obrigação vista pelo lado ativo; direito de crédito; a pretensão. Conceito: o dever de prestar e o direito de crédito; a sujeição do patrimônio do devedor .....	15
8. <i>Acepções da palavra “obrigação”</i> – Sentido amplo; obrigação e dever. Sentido técnico. Acepções; lado passivo da relação; a própria relação. As obrigações como objeto de parte especial do Direito Civil .....	17

9. <i>Debitum e obligatio</i> – A distinção entre <i>debitum</i> e <i>obligatio</i> . Decomposição da relação obrigacional, dever de prestação e sujeição do patrimônio do devedor. Obrigações em que os dois elementos não coexistem; <i>debitum</i> sem <i>obligatio</i> ; <i>obligatio</i> sem <i>debitum</i> próprio; <i>obligatio</i> sem <i>debitum</i> atual; <i>debitum</i> sem <i>obligatio</i> própria. A responsabilidade . . . . .	18
10. <i>Estrutura da obrigação</i> – Vínculo entre dois sujeitos de direito; sujeito ativo e sujeito passivo. Relações obrigacionais simples e complexas. Objeto da relação; a prestação. Objeto e conteúdo da relação obrigacional. O fato e a garantia . . . . .	20
11. <i>Sujeitos</i> – Quem pode ser sujeito. Capacidade negocial e delitual. Sujeito singular. Pluralidade de credores, ou de devedores. Integração de uma parte por várias pessoas. Determinação dos sujeitos. Sujeitos determináveis. Obrigações ambulatorias. Obrigações reais. Auxiliares dos sujeitos; representantes, nuncios, auxiliares executivos. . . . .	21
12. <i>Objeto</i> – A prestação. Patrimonialidade da prestação. Interesse do credor e objeto da prestação. A prestação como atividade e como resultado. Obrigações de meios e obrigações de resultado. Em que consiste a atividade do devedor . . . . .	23
13. <i>Conteúdo</i> – Relação crédito-débito. O poder do credor e a sujeição do devedor. A pretensão. Crédito e pretensão; distinção. Faculdades do credor; direitos potestativos; faculdades legais, exceções. Direitos auxiliares e acessórios. Dever de prestar; responsabilidade do devedor. Extinção da obrigação e do crédito. Acréscimos. Cômulo de representação . . . . .	25
14. <i>Fato jurídico</i> – O fato como pressuposto. Transformação do fato em vínculo jurídico. Fatos do comércio jurídico. Negócios jurídicos. O dano . . . . .	27
15. <i>Garantia</i> – Realização normal do dever de crédito. Execução coativa. Garantia e ação. Aspectos da proteção jurídica dos créditos. . . . .	28
16. <i>Distinções</i> – Obrigação e dever. Obrigação e ônus; distinção . . . . .	29
17. <i>Obrigações reais</i> – Obrigações <i>in rem scriptae</i> , <i>ob</i> ou <i>propter rem</i> . Traços característicos. Origem das obrigações reais. Transmissibilidade automática. Ônus reais. Natureza das obrigações reais; teoria da pessoalidade e da realidade. Natureza pessoal da ação . . . . .	29
18. <i>A obrigação no Direito Moderno</i> – O vínculo no Direito romano. Impessoalidade e transmissibilidade no Direito Moderno. A obrigação como valor. Teoria sobre o conceito de obrigação. Doutrina de Savigny. Relações entre patrimônio. Concepção clássica. . . . .	31

### Capítulo 3

#### FONTES DAS OBRIGAÇÕES

19. <i>Observações preliminares</i> – Necessária distinção entre causa eficiente e condição determinante. Distinção entre fonte imediata e fontes mediatas. Fatos constitutivos das obrigações. Classificação das fontes mediatas. Cód. Civil italiano . . . .	33
20. <i>As fontes das obrigações no Direito romano</i> – Textos atribuídos a Gaio. Fragmento do <i>Digesto</i> . As <i>Institutas</i> . Divisão quadripartida . . . . .	35
21. <i>Classificação quadripartida</i> – Classificação do Código Civil francês; críticas. Classificação do antigo Cód. Civil italiano. Classificação de Planiol . . . . .	35

22. <i>Classificação analítica</i> – Várias figuras. Discriminação; contrato, declaração unilateral de vontade, atos coletivos, pagamento indevido, enriquecimento sem causa, ato ilícito, abuso de direito, situações de fato . . . . .	36
23. <i>Classificação sintética</i> – Correspondência das fontes e classificação dos fatos jurídicos <i>lato sensu</i> . Negócios jurídicos e fatos extranegociais. Negócios jurídicos; contratos, negócios unilaterais, atos coletivos. Fatos extranegociais: atos jurídicos <i>stricto sensu</i> , atos ilícitos; abuso de direito; acontecimentos naturais; fatos materiais; situações especiais. Importância da distinção . . . . .	37
24. <i>Negócio jurídico</i> – Negócios unilaterais e bilaterais. O princípio da autonomia da vontade. Fatos constitutivos de caráter negocial. Contratos e atos coletivos. As promessas unilaterais . . . . .	39
25. <i>Negócios unilaterais</i> – O testamento. Promessas unilaterais . . . . .	40
26. <i>Atos ilícitos e abuso de direito</i> – Obrigações provenientes de atos ilícitos. Responsabilidade civil. Dever de indenizar. O abuso de direito como fonte de obrigações . . . . .	40
27. <i>Situações de fato</i> – O quase-contrato. Obrigações <i>ex lege</i> . Obrigações que se formam no campo do Direito das Coisas; no Direito de Família. Enriquecimento sem causa . . . . .	41

## Capítulo 4

### OBJETO DA OBRIGAÇÃO

28. <i>Objeto da prestação</i> ; – <i>requisitos</i> – Objeto da prestação; dar, fazer, e não fazer. Requisitos da prestação . . . . .	43
29. <i>Prestação possível</i> – Lícita e determinável. Impossibilidade: originária, superveniente, objetiva, subjetiva, total, parcial . . . . .	43
30. <i>Prestação lícita</i> – Causa da obrigação e licitude da prestação. Quando a prestação é ilícita; proibições virtuais. Prestação ilícita e prestação juridicamente impossível . . . . .	44
31. <i>Prestação determinável</i> – Prestação determinada. Obrigação genérica e prestação determinável. Coisas de gênero limitado. Concentração do débito. Determinação da prestação . . . . .	45
32. <i>Espécies</i> – Critérios de classificação. Divisão pelo objeto: Prestações positivas e negativas. Subdivisão das prestações de dar; prestações de dar e de fazer. Subdivisão das prestações de dar; prestações de dar coisa certa e de dar coisa incerta. Subdivisão das prestações de fazer. Divisão pelo modo de execução: prestações instantâneas e contínuas. Divisão pela composição: prestações únicas e múltiplas . . . . .	46
33. <i>Prestações positivas</i> – Prestação de coisas e prestação de fatos; em que consiste. Prestações mistas. Distinção entre obrigações de dar e de fazer. Distinção entre prestações de coisas e de fatos. Prestações de coisas: determinadas e determináveis. Obrigações de dar coisa certa; consequências da perda ou deterioração da coisa. Prestação de restituição. Obrigações de dar coisa incerta. Prestação de fatos: fungíveis e não-fungíveis. Impossibilidade superveniente . . . . .	47

34. *Prestações negativas* – Obrigações de não fazer, fim. Objeto das prestações negativas: abstenção e ato de tolerância; deveres permissíveis. Quando se evidenciam as prestações negativas. De que resultam. . . . . 51
35. *Prestações instantâneas e contínuas* – Noção. Conceito de continuidade. Contratos de execução continuada ou trato sucessivo. Prestações isoladas e reiteradas. . . 52
36. *Prestações simples e complexas* – Prestações simples; unidade de efeito. Prestação complexa; conceito. Prestação complexa e pluralidade de prestações; distinção . . . . . 52

## Capítulo 5

### PRESTAÇÕES ESPECIAIS

37. *Prestações especiais* – Obrigações de dar, com prestações especiais. Dívida pecuniária. Dívida de indenização. Dívida de interesse . . . . . 55
38. *Prestação pecuniária* – Objeto. Conceitos de dinheiro. Quando o dinheiro é objeto de prestação pecuniária. Formas por que se apresenta a dívida de dinheiro. Dívidas de simples quantia. A obrigação pecuniária como dívida de soma de valor. Como deve ser satisfeita a prestação pecuniária. Cláusula-ouro. Unidade monetária. Moeda estrangeira. Cláusula de estabilização . . . . . 55
39. *Dívidas de valor* – Dívida pecuniária e dívida de valor; distinção. Risco da desvalorização nas dívidas de valor . . . . . 60
40. *Prestação de indenização* – A reparação dos danos. Causas da obrigação de indenizar. Obrigação de indenizar: primária e secundária. Espécies de dano; concreto e matemático; direto e indireto; material e imaterial; por inadimplemento e por frustração da confiança. . . . . 61
41. *Princípios a que se subordina* – Princípios relativos à extensão e ao modo de cumprimento da obrigação de indenizar. A indenização cabal; dano emergente e lucro cessante. Processos de reparação: reposição natural e satisfação de prestação pecuniária – *Compensatio lucri cum damno* . . . . . 63
42. *Prestação de juros* – A retribuição do capital. Traços característicos da obrigação de juros. Determinação dos juros. Cálculo dos juros. Juros contratuais. Juros legais. Juros moratórios. A questão do anatocismo, juros e outros frutos civis; dividendos e rendas. Amortizações . . . . . 65

## Capítulo 6

### MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES

43. *Classificação* . . . . . 73
44. *Classificação pelos sujeitos* – Relações obrigacionais simples e complexas. Partes com uma ou várias pessoas. Pluralidade de devedores; obrigações fracionárias, solidárias e unitárias. Pluralidade de credores . . . . . 74

45. <i>Obrigações fracionárias</i> – Conceito. Teoria pluralista. Fracionamento originário e derivado. A regra <i>concurso partes fiunt</i> ; natureza da presunção legal. Outras regras aplicáveis às obrigações fracionárias. Elemento intencional . . . . .	76
46. <i>Obrigações conjuntas</i> – Conceito. Pressupostos. Obrigações de mão comum . .	78
47. <i>Obrigações solidárias</i> – Solidariedade. Característica da obrigação solidária. Natureza: teorias. Teoria da unidade. Teoria da pluralidade. Regras comuns à solidariedade ativa e passiva. Relação externa. O pagamento. Consequências da teoria da unidade. Regras especiais. Fontes da solidariedade. Solidariedade perfeita e imperfeita. Co-realidade e solidariedade simples. Controvérsias a respeito . . . . .	79
48. <i>Solidariedade ativa</i> – Quando se verifica. Raridade. Consequências. Regras especiais; morte de um dos credores; conversão em perdas e danos; remissão da dívida . .	84
49. <i>Casos de solidariedade ativa</i> – Conta conjunta em Bancos ou conta solidária. Depósito em cofre de segurança . . . . .	85
50. <i>Solidariedade passiva</i> – Mecanismo. A quem cabe a escolha do devedor. Relação interna; direito regressivo. Regras especiais sobre: culpa do devedor, mora, morte, renúncia, novação, com pensação, transação, confusão, cessão de crédito. Oposição de exceções pessoais . . . . .	85
51. <i>Casos de solidariedade passiva</i> – Solidariedade legal; casos previstos no Código. . .	88
52. <i>Solidariedade mista</i> – Quando se verifica. Regras aplicáveis . . . . .	88
53. <i>Obrigações disjuntivas, conexas e dependentes</i> – Distinção entre obrigações disjuntivas e solidárias. Concurso de obrigações. Obrigações principais e acessórias .	89

## Capítulo 7

### MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES (Cont.)

54. <i>Classificação</i> – Prestações múltiplas. Obrigações alternativas e cumulativas. Obrigações divisíveis e indivisíveis . . . . .	91
55. <i>Obrigações alternativas</i> – Prestação relativamente indeterminada. Distinção entre obrigação alternativa e obrigação genérica. Caracterização da obrigação alternativa. Concentração do débito; a quem cabe a escolha. Natureza do ato de escolha. Impossibilidade de uma das prestações antes da escolha. Impossibilidade de todas as prestações. Momento em que se verifica a concentração do débito. Natureza da obrigação alternativa. . . . .	91
56. <i>Obrigações cumulativas</i> – Obrigação com objeto múltiplo. Distinção entre pluralidade de obrigação e pluralidade de prestações. Traço característico das obrigações cumulativas. Distinção entre obrigação cumulativa e obrigação alternativa . . .	94
57. <i>Obrigações divisíveis e indivisíveis</i> – Divisibilidade e indivisibilidade do objeto da obrigação. Pluralidade de sujeitos; hipóteses e soluções. Indivisibilidade: prestação indivisível por natureza, por convenção, por sua própria finalidade. Indivisibilidade natural. Indivisibilidade convencional. <i>Indivisibilitatis solutionem tantum</i> . Indivisibilidade e solidariedade. Extinção das obrigações indivisíveis . . . . .	95
58. <i>Obrigações facultativas</i> – Obrigação facultativa, terminologia, conceito. Obrigação facultativa e obrigação alternativa. Faculdade de substituição; a quem cabe.	

Consequências do princípio de que a prestação não é objeto da obrigação. Omissão dos Códigos .....	97
--	----

## Capítulo 8

### OBRIGAÇÃO NATURAL

59. <i>Vínculo jurídico</i> – Significado. Natureza. Dever de conduta e vínculo patrimonial ..	99
60. <i>Obrigações imperfeitas</i> – Relação obrigacional sem direito de crédito. Coercibilidade do vínculo. Inexigibilidade do dever de prestar. Obrigações imperfeitas. Modalidades; obrigações naturais, deveres morais e sociais; obrigações secundárias; noção .....	99
61. <i>Obrigações naturais</i> – Conceito. Distinção de outras obrigações imperfeitas. Obrigação com <i>debitum</i> e sem <i>obligatio</i> . Validade do pagamento espontâneo. Construção dogmática da obrigação natural no Direito moderno. A obrigação natural no Direito romano .....	101
62. <i>Natureza</i> – Controvérsias. A obrigação natural como verdadeira relação jurídica, como débito sem garantia e como dever moral .....	103
63. <i>Fundamento</i> – Obrigação civil degenerada. Dever de consciência. Dever moral. Dificuldade na solução do problema .....	104
64. <i>Deveres morais ou sociais</i> – Deveres morais que são obrigações imperfeitas. Deveres de assistência. Outros deveres. Efeitos: a <i>soluti retentio</i> . Deveres morais e doação. Deveres morais ou sociais e obrigações naturais; distinção .....	105
65. <i>Obrigações secundárias</i> – Em que consistem. Natureza .....	106

## Capítulo 9

### TEORIA DO PAGAMENTO

66. <i>Adimplemento</i> – O pagamento; modo extintivo e efeito da obrigação. Razões de sua localização entre os efeitos da obrigação. Adimplemento. Modo de cumprimento. Inadimplemento .....	109
67. <i>Modos de cumprimento</i> – Modos extintivos. Outros modos .....	109
68. <i>Terminologia</i> – Termos usados; solução, cumprimento, pagamento, execução. Superioridade do vocábulo <i>adimplemento</i> . Uso freqüente da palavra <i>pagamento</i> ..	110
69. <i>Satisfação do crédito</i> – Satisfação do crédito e adimplemento da obrigação. Quando se extingue de modo absoluto a obrigação. Satisfação por intermédio de terceiro. Substituição do objeto da prestação; satisfação do credor .....	110
70. <i>Regras gerais</i> – Princípio da boa-fé. Sentido da expressão <i>boa-fé</i> . A que se refere a execução de boa-fé. Princípio da diligência normal; o dever de diligência ....	112
71. <i>Natureza do pagamento</i> – O pagamento é negócio jurídico. Teoria do pagamento; negócio jurídico. Pagamento como ato jurídico <i>stricto sensu</i> . Pagamento como ato devido. Teoria contratual do pagamento. Teoria do negócio unilateral. Teoria do ato vinculado. Teoria eclética. Impossibilidade de qualificação uniforme. Interesse prático da questão. Pagamento; ato causal ou abstrato? .....	113



72. *Pressupostos* – Pressupostos: vínculo obrigacional e satisfação exata da prestação. Regras atinentes à satisfação do pagamento. Prestações de dar coisa certa. Dação em pagamento; *beneficium dationis in solutum*. Indivisibilidade do pagamento; exceções à regra. Aspectos da satisfação do pagamento; regras . . . . 115

## Capítulo 10

### REGRAS DO PAGAMENTO

73. *Quem deve pagar* – Obrigação e direito de pagar. Quem pode pagar: o devedor, seus auxiliares, seu representante . . . . . 119
74. *Quem pode pagar* – Pagamento por terceiro. Terceiro interessado; quem é. Terceiro desinteressado. Pagamento contra a vontade do devedor. Pagamento por terceiro e satisfação do credor. Quando pode recusar o recebimento. Legitimidade para praticar ato de disposição. Invalidade do pagamento por terceiro . . . . . 119
75. *A quem se deve pagar* – Credor originário e derivado. Pagamento a representante do credor; quando vale, se não é feito ao credor ou a seu representante . . . . . 121
76. *A quem se pode pagar* – Pagamento a terceiro indicado pelo devedor. Pagamento a credor putativo. *Adjectus solutionis causa*. Boa-fé do credor aparente. Quando não vale o pagamento; incapacidade de quitar; crédito penhorado . . . . . 121
77. *Quando se deve pagar* – Vencimento. Determinação contratual. Determinação natural. Determinação legal. Princípio das satisfação imedita. *Modicum tempus*. Interpretação. Obrigações a prazo. Termo estipulado a favor do devedor, ou do credor. Termo neutro. Antecipação e retardamento do pagamento. Termo essencial; essencialidade subjetiva e objetiva. Pagamento sob condição *dies solutionis* . . . . 122
78. *Mora accipiendi* – *Mora accipiendi e mora solvendi*. Mora do credor; em que consiste. Constituição; oferta real. Colaboração do credor; atos preparatórios. Mora *ipso jure* do credor. Efeitos da *mora accipiendi*. A ação de consignação em pagamento . . . . . 126
79. *Onde se deve pagar* – Lugar do pagamento. Liberdade de escolha do lugar, exceções. Determinação por presunção legal; domicílio do devedor. Quando não se aplica a regra relativa ao domicílio do devedor. Lugar do pagamento e lugar da entrega. Determinação unilateral . . . . . 128
80. *Despesas com o pagamento* – Caráter supletivo da disposição legal. Despesas a cargo do devedor. Agravação imputável ao credor. Despesas de expedição . . . . 129
81. *Imputação do pagamento* – Pagamento insuficiente para saldar várias dívidas. Imputação do pagamento. Imputação por acordo. Imputação quando não há acordo; regras. Dívidas igualmente onerosas; soluções . . . . . 130

## Capítulo 11

### QUITAÇÃO

82. *Generalidades* – Quitação; conceito. Recibo. Forma de quitação. Formalidades. Despesas da quitação . . . . . 133

83. <i>Natureza jurídica</i> – Quitação; ato devido. Pretensão do devedor à quitação. Direito de retenção. Exercício judicial da pretensão do devedor. Meio processual: ação de consignação em pagamento. Liberação do devedor e meio de prova . . . . .	134
84. <i>Modalidades</i> – Quitação mediante recibo. Quitação pela devolução do título. Recibo; data e reconhecimento de firma; assinatura; impressão digital. Devolução do título. Presunção de quitação. Entrega voluntária do título. Quitação e prova de pagamento; distinção. Cheque nominativo. Vale postal . . . . .	135
85. <i>Espécies</i> – Quitação plena e parcial. Quando ocorre a quitação parcial. Prestação contínua; último recibo. Reserva de pretensão pelo credor. Quitação geral e específica. Irrevogabilidade da quitação. Oportunidade da quitação. . . . .	136
86. <i>Presunções</i> – Presunções de pagamento. Inutilização do título. Presunção na compra manual. Devolução do título . . . . .	138
87. <i>Ônus da prova do pagamento</i> – A quem incumbe. Recibo de quitação. Pagamento incompleto; deslocamento do ônus da prova . . . . .	139

## Capítulo 12

### MODALIDADES DO PAGAMENTO

88. <i>Modalidades do pagamento</i> – Modalidades especiais: pagamento por consignação; pagamento com sub-rogação; dação em pagamento . . . . .	141
89. <i>Pagamento em consignação</i> – Recusa de receber a dívida a respeito do destinatário do pagamento ou do objeto da dívida. Meio técnico de solver a obrigação; pagamento em consignação. Obrigação <i>quérable</i> . Em que consiste a consignação. Efeito da consignação. Dívidas que não admitem pagamento em consignação. Revogação do pagamento. Consignação requerida pelo credor. Onde deve ser feita a consignação. Despesas da consignação . . . . .	141
90. <i>Pagamento com sub-rogação</i> – Sub-rogação e cessão de crédito. Quando se verifica a sub-rogação pessoal. Espécies de sub-rogação pessoal: legal e convencional. Sub-rogação legal; casos. Sub-rogação convencional; variantes. Mecanismos da sub-rogação convencional com transferência de direitos. Sub-rogação resultante da vontade do devedor. Duplo efeito da sub-rogação: liberatório e translativo. Variação das condições conforme as espécies de sub-rogação. Forma da sub-rogação . . . . .	143
91. <i>Dação em pagamento</i> – Substituição da prestação. <i>Datio in solutum</i> ; meio supletivo de pagamento. Requisitos para a dação em pagamento; o consentimento do credor. Dívidas que a admitem. Dação e cessão. Efeito da dação em pagamento; contrato translativo. Dação em pagamento e compra e venda. Dação em pagamento coativa; impossibilidade. . . . .	145

## Capítulo 13

### MODOS ESPECIAIS DE EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

92. <i>Distinção preliminar</i> – Modos extintivos da relação obrigacional e modos extintivos de obrigações. Extinção dos créditos. Importância da distinção. Causas extintivas . . . . .
---

vas da relação obrigacional. Contrato liberatório. Morte de uma das partes. Advento do termo e implemento da condição. Revogação. Renúncia. . . . .	149
93. <i>Modos de extinção dos créditos</i> – Modos satisfatórios e não-satisfatórios. Modos satisfatórios diretos e indiretos. Modos não-satisfatórios: novação, remissão, prescrição, impossibilidade de caráter fortuito. Modos especiais satisfatórios; compensação, confusão. Causas de extinção dos créditos que não são específicas; morte; decadência. Desinteresse do credor . . . . .	150
94. <i>Remissão de dívida</i> – Perdão do débito. Natureza; contrato liberatório ou negócio unilateral? Remissão e renúncia. A remissão como ato de disposição. Disposição a título gratuito e oneroso. Dispensa do consentimento do devedor. Remissão expressa e tácita; por ato <i>inter vivos</i> ou <i>mortis causa</i> ; <i>legatum liberationis</i> . . . . .	152
95. <i>Figuras afins</i> – Direito romano: a <i>acceptilatio</i> e o <i>pacto de non petendo</i> ; distinção. Remissão eventual ou reconhecimento negativo de dívida. Remissão e desistência . . . . .	154
96. <i>Efeitos da remissão de dívida</i> – A extinção do crédito. Remissão <i>in rem</i> e <i>remissão in personam</i> ; obrigações solidárias . . . . .	155
97. <i>Confusão</i> – Conceito. Modo satisfatório; objeções. Quando se verifica. Confusão decorrente de ato <i>inter vivos</i> , ou <i>mortis causa</i> . Confusão total e parcial. Efeitos da confusão. Revogação. Créditos que não se extinguem pela confusão. Devedor e fiador; confusão. Dívidas solidárias . . . . .	156
98. <i>Prescrição</i> – Cessão da responsabilidade do devedor pelo decurso de tempo. Disciplina da prescrição. . . . .	157

## Capítulo 14

### COMPENSAÇÃO

99. <i>Observações preliminares</i> – Conceito de compensação. Anormalidade da compensação como um modo legal de extinção das obrigações. Fim da compensação legal. Fundamento. Compensação por acordo . . . . .	158
100. <i>Espécies de compensação</i> – Compensação legal, judicial, voluntária; distinção. Pressupostos das várias espécies . . . . .	160
101. <i>Pressupostos e requisitos</i> – Pressupostos da compensação legal; títulos diversos das dívidas; dívidas homogêneas, líquidas e exigíveis. A diversidade de títulos. Homogeneidade das dívidas; obrigações genéricas. Quando não são compensáveis as obrigações de dar coisa incerta. Liquidez das dívidas. Dívidas vencidas. Dívidas recíprocas. Pressupostos da compensação voluntária; dispensa dos requisitos de homogeneidade e liquidez . . . . .	160
102. <i>Obstáculos à compensação</i> – Obstáculo: exclusão convencional; exclusão legal. Renúncia prévia. Exclusão legal; pela causa e pela qualidade de um dos devedores. Impenhorabilidade. Dívidas fiscais das pessoas de direito público. . . . .	162
103. <i>Efeitos da compensação</i> – Liberação dos dois devedores. Extinção total e parcial. Momento em que a compensação se verifica. Extinção dos direitos acessórios. Direitos de terceiros . . . . .	164

## Capítulo 15

## NOVAÇÃO

104. <i>Importância</i> – Novação e transmissão das obrigações. Sistema do Cód. Civil. Substituição da dívida .....	165
105. <i>Conceito</i> – <i>Prius</i> /lógico. Modo não-satisfatório de extinção das obrigações. Natureza contratual. Condições para que seja possível. Novação causal .....	166
106. <i>Requisitos</i> – Existência jurídica de uma obrigação, constituição de nova obrigação; <i>animus novandi</i> . Validade da <i>obligatio novanda</i> ; existência atual. Obrigações naturais. <i>Aliqued novi</i> . <i>Animus novandi</i> , expresso e tácito. Pressupostos de contrato novatório .....	166
107. <i>Espécies</i> – Novação objetiva e subjetiva; distinção. Novação passiva; expromissão e delegação perfeita. Novação passiva e transmissão das obrigações sem efeito novatório .....	168
108. <i>Novação objetiva</i> – Mudança do objeto principal da obrigação; de sua natureza; de sua causa jurídica. ....	169
109. <i>Novação subjetiva</i> – Expromissão; conceito. Delegação perfeita. Novação ativa; substituição do credor. Novação ativa e cessão de crédito. ....	170
110. <i>Efeitos da novação</i> – Extinção da dívida. Extinção dos acessórios e garantias. Conservação, por acordo, das garantias. Novação de obrigação solidária. Novação de obrigação indivisível. Insolvência do devedor .....	170

## Capítulo 16

## TEORIA DO INADIMPLEMENTO

111. <i>Teoria do inadimplemento</i> – Inadimplemento; que é. De que provém. Inadimplemento voluntário. Inexecução culposa. Infração intencional. Negligência do devedor. Inadimplemento involuntário. <i>Mora solvendi</i> . ....	173
112. <i>Inadimplemento culposo</i> – Teoria da culpa contratual. Culpa contratual e aquiliana. Impossibilidade do devedor. Graus da culpa. Violação do dever de cumprir a obrigação. Violação negativa. Violação positiva do crédito. Alargamento do conceito de culpa .....	174
113. <i>Inadimplemento fortuito</i> – Impossibilidade da prestação. Impossibilidade superveniente. Impossibilidade sem culpa do devedor. ....	176
114. <i>Conceito jurídico de impossibilidade</i> – Conceito lógico e conceito jurídico. Impossibilidade absoluta e relativa. Impossibilidade e dificuldade. Delimitação da impossibilidade; inexigibilidade econômica e inexigibilidade psíquica. Inexigibilidade econômica e cláusula <i>rebus sic stantibus</i> .....	176
115. <i>Espécies de impossibilidade</i> – Impossibilidade física e jurídica. Impossibilidade objetiva e subjetiva. Impossibilidade definitiva e temporária. Impossibilidade total e parcial. Inadimplemento fortuito nas obrigações de dar e de fazer .....	178
116. <i>Caso fortuito</i> – Conceito. Teorias objetiva e subjetiva. Imprevisibilidade; irresistibilidade. Ausência de culpa. Distinção entre caso fortuito e força maior; critérios.	

Teoria objetiva, inadimplemento imputável ao devedor. Determinação negativa de caso fortuito. Teoria subjetiva. Causas de impossibilidade. Colisão de deveres. . . .	179
117. <i>Consequências do inadimplemento</i> – Inadimplemento culposo; responsabilidade; dever de indenizar. Efeitos de inexecução de vida a caso fortuito; teorias dos riscos . . . . .	182

## Capítulo 17

### CONSEQUÊNCIAS DA INEXECUÇÃO CULPOSA

118. <i>Espécies de responsabilidade civil</i> – Fundamento da responsabilidade civil. Variações da responsabilidade contratual. Responsabilidade extracontratual. Responsabilidade pré-contratual. O dever de indenizar na responsabilidade contratual . . . . .	183
119. <i>Responsabilidade contratual</i> – Fundamento – Culpa. Inadimplemento doloso e culposo. Imputabilidade. Comportamento culposo; positivo e negativo. Gradação da culpa. Culpa nos contratos unilaterais. Variações da responsabilidade contratual. O dano . . . . .	185
120. <i>Perdas e danos</i> – Indenização; dano emergente e lucro cessante. Nexos causal. Danos indiretos. Conteúdo da indenização; indenização substitutiva e complementar. Avaliação do dano; valor objetivo e interesse subjetivo. Dano moral. Indenização nas dívidas pecuniárias; juros de mora . . . . .	187
121. <i>Exclusão e modificação da responsabilidade</i> – Exclusão, agravação e atenuação da responsabilidade mediante acordo. Prefixação convencional do <i>quantum</i> da indenização. O <i>pacto ne culpa praestetur</i> . Proibição do <i>pacto de dolo non praestando</i> . Atenuação da responsabilidade. Agravação. Cláusula penal. Inversão do ônus da prova . . . . .	189
122. <i>Cláusula penal</i> – Natureza; pacto acessório. Função própria; liquidação prévia das perdas e danos. Como e para que se estipula. Indenização substitutiva e cumulativa. Pressupostos. Pretensão do credor. Liberdade de fixar o <i>quantum</i> da indenização; limitações. Determinação legal do limite máximo. Aumento ou diminuição pela autoridade do juiz. A questão da redutibilidade da cláusula penal. O princípio da moderação judicial. Cláusula penal e multa simples. Cláusula penal e multa penitencial. Cláusula penal e arras penitenciais. . . . .	190
122a. <i>Arras</i> . . . . .	194
123. <i>Responsabilidade por fato de terceiro</i> – Intervenção de terceiro na execução do contrato. Quando se verificava. Substituição no cumprimento da obrigação; subcontrato; cessão e contrato. Comissão do cumprimento a auxiliares; prepostos. Teorias explicativas da responsabilidade pela omissão do auxiliar; culpa presumida; garantia tácita; risco; representação. Responsabilidade pelo fato de associação no gozo da coisa. Ausência de ação direta. Ação regressiva do devedor. Ônus da prova . . . . .	196

## Capítulo 18

### MORA

124. <i>Conceito</i> – Impossibilidade transitória. Retardamento no cumprimento da obrigação. Impontualidade. <i>Mora solvendi</i> ; impontualidade culposa. O elemento da
--

culpa na mora; controvérsias. Elemento objetivo da mora; o atraso. Ampliação condenável do conceito de mora .....	201
125. <i>Pressupostos da mora</i> – Pressupostos; vencimento da dívida; culpa do devedor; viabilidade do cumprimento tardio. Quando ocorre o vencimento. A interpelação; natureza, interpelação judicial e extrajudicial. Requisitos intrínsecos da interpelação. Constituição da mora sem interpelação. A regra <i>dies interpellat pro homine</i> . A produção automática da mora e o Direito pátrio. Culpa. Possibilidade de ainda ser cumprida a obrigação .....	203
126. <i>Mora presumida</i> – Mora irregular; presunção legal. Casos de mora presumida. Presunção de mora nas obrigações provenientes de ato ilícito .....	205
127. <i>Efeitos da mora</i> – Responsabilidade do devedor. Cumprimento da obrigação e indenização. Liquidação das perdas e danos. Juros moratórios. Conteúdo da responsabilidade. <i>Perpetuatio obligationis</i> ; significado. O dano inevitável. Juros moratórios. Dívidas pecuniárias. Espécies; convencionais e legais. Juros legais. Taxas. Juros moratórios e dano. Cumulação com a pena convencional .....	206
128. <i>Extinção da mora</i> – Como pode cessar a mora. Purgação da mora. Efeitos da extinção da mora. Até quando se pode purgar a mora .....	208
129. <i>Violação positiva do crédito</i> – Infrações contratuais positivas. Cumprimento defeituoso da prestação. Pagamento que não é feito pelo modo e forma convencionados. Aplicação analógica das regras da mora. ....	209

## Capítulo 19

### EXECUÇÃO COATIVA

130. <i>Pressupostos e modalidades</i> – Pressupostos. Exequibilidade do crédito. <i>Debitum</i> e <i>obligatio</i> . Seqüela do crédito. Valor dos meios coercitivos. Execução coativa; específica e genérica; distinção; seu valor .....	211
131. <i>Considerações gerais</i> – Faculdades que correspondem ao credor. O título executivo; sentença; outros títulos. Formas de execução. ....	213
132. <i>Execução específica</i> – Execução direta. Quando é possível. Execução específica nas obrigações de fazer. A regra <i>nemo precise cogi potest ad factum</i> . Reconstrução dogmática; a sentença constitutiva. Obrigações de não fazer .....	214
133. <i>Execução genérica</i> – Execução indireta. Patrimônio do devedor; garantia. Responsabilidade patrimonial; limitações. Solvabilidade do devedor. Processo de execução; a penhora e a venda judicial. Execução da sentença. Indenização dos prejuízos; juros moratórios e compensatórios. Perdas e danos; o ressarcimento; natureza .....	216
134. <i>Execução extrapatrimonial</i> – Impossibilidade de recair a execução na pessoa do devedor. Prisão por dívida. Obrigação de prestar alimentos. Processos intimidativos; a <i>astreinte</i> .....	218
135. <b>(RA) Declaração de insolvência (RA)</b> .....	219
136. <i>A execução das diversas modalidades de obrigação</i> – Obrigações de dar, fazer e não fazer .....	221

## Capítulo 20

## TEORIA DOS RISCOS

137. *O problema* – Inadimplemento fortuito. Quem suporta os prejuízos. Como deve ser equacionado o problema. Culpa e risco. Sentido da locução “suportar o risco”. Necessidade de distinguir os contratos bilaterais e unilaterais. Mecanismo do risco nesses contratos ..... 223
138. *Tentativas para a formulação de princípio único* – Dificuldade de formular princípio único. Solução preconizada pelos pluralistas. A regra *res perit domino*. Doutrina de Wachter; *res perit creditori*; fundamentos. Teoria de *perpetuatio*. Teoria da ficção do cumprimento. Por que o credor deve suportar o risco? ..... 225
139. *Regras de atribuição dos riscos* – Contratos unilaterais; *res perit creditori*. Contratos bilaterais; *res perit debitori*. Contratos que têm por objeto obrigação condicional; variação conforme o risco seja total ou parcial. *Periculum interitus*; *periculum deteriorationis*. Cômulo sub-rogatório. Caráter supletivo das regras sobre riscos ..... 228
140. *Aplicação aos contratos unilaterais* – Doação. Comodato; regra especial. Mandato. Depósito. Exceção aberta pelo mútuo ..... 230
141. *Aplicação aos contratos bilaterais* – Compra e venda; riscos do vendedor e do comprador; tradição. Sistemas da venda obrigacional e da venda real. Locação de coisas. Empreitada; regras especiais. Sociedade. Parceria ..... 231
142. *Riscos em prestações especiais* – Prestações genéricas; desaparecimento do gênero. Prestação facultativa. Risco nas obrigações alternativas. Obrigações de fazer e não fazer ..... 232

## Capítulo 21

## MODIFICAÇÕES DA RELAÇÃO OBRIGACIONAL

143. *Sistematização da matéria* – Alterações no elemento pessoal, no elemento material e no elemento causal. Substituição de um dos sujeitos da relação. Sucessão *inter vivos*; ativa e passiva. Meios técnicos de sucessão ativa: cessão de crédito e sub-rogação. Sucessão passiva: delegação e expromissão. Transformações do conteúdo da obrigação. Causa da atribuição patrimonial; modificação do título e reprodução ..... 235
144. *Sucessão em direito obrigacional* – Transformação do conceito de obrigação. Transmissibilidade das obrigações. A obrigação sob o ponto de vista econômico; a obrigação como valor patrimonial. Disponibilidade da obrigação. Substituição do credor; circulação de títulos. Substituição do devedor. Cessão de crédito e de débito ... 237
145. *Disponibilidade do crédito* – O poder de disposição do credor. Atos de disposição: a cessão *lato sensu*, o usufruto, o penhor. O crédito como objeto de penhora ... 238
146. *Natureza do direito sobre o crédito* – Direito patrimonial. Teoria da natureza real. Direito sobre o crédito. Direito sobre direito; a questão. Modificação da titularidade do direito de crédito. .... 240

## Capítulo 22

## CESSÃO DE CRÉDITO

147. *Sucessão no crédito* – Sucessão ativa; pelo direito hereditário; *inter vivos*. Sucessão a título singular. Inadmissibilidade no Direito romano. Novação subjetiva; o *procurator in rem suam*. Direito germânico; despersonalização do crédito. Direito atual; circulação dos créditos . . . . . 243
148. *Generalidades* – Conceito. Natureza: negócio jurídico bilateral. Contrato de cessão de crédito; simplesmente consensual. Causas do contrato. Alienação onerosa e gratuita. A cessão com contrato abstrato . . . . . 244
149. *Pressupostos e requisitos* – Capacidade e legitimação. Ato dispositivo do cedente. Pessoas que não estão legitimadas para adquirir créditos. Idoneidade de objeto. Inidoneidade resultante de preceito legal, natureza do crédito e cláusula contratual. Consequências da inidoneidade. Forma da cessão. . . . . 246
150. *Objeto da cessão de crédito* – Créditos que podem ser cedidos. Cessão antes do vencimento. Cessão total e parcial. Cessão singular e múltipla. Alcance da cessão; direitos acessórios e direitos de preferência. Transmissão das garantias, juros e direitos potestativos. Transferência de privilégio. Transferência pelo valor nominativo . . . . . 248
151. *Proteção do devedor* – Posição jurídica do devedor. Medidas de proteção de oposição e exceção; notificação. Natureza e alcance da notificação; declaração de ciência. Formas de notificação. Notificação presumida. Revogação de notificação . . . . . 249
152. *Efeitos da cessão de crédito* – Direitos e obrigações do cedente e do cessionário. Cessão a título oneroso. Garantia de *nomem verum*. Cessão a título gratuito. *Cessio pro soluto* e *cessio pro solvendi*. Responsabilidade do cedente. Obrigações do cedente . . . . . 251
153. *Cessão para fins especiais* – Cessão fiduciária. Cessão para cobrança. Negócio fiduciário. Delegação ativa. . . . . 252
154. *Cessão legal* – Cessão *ipso jure* e sub-rogação. Sub-rogação pessoal. Casos de cessão legal. Distinção entre cessão legal. Distinção entre cessão convencional e sub-rogação. Cessão judicial ou cessão necessária. Particularidades das cessões impostas . . . . . 253
155. *Cessão de crédito e cessão de contrato* – Transferência de elementos ativos e de elementos ativos e passivos. Substituição do sujeito. Contratos bilaterais. Consentimento . . . . . 255

## Capítulo 23

## ASSUNÇÃO DE DÍVIDA

156. *Sucessão no débito* – Impossibilidade no Direito romano. Direito moderno: substituição do devedor sem extinção da dívida. Assunção de dívida; conceito. Modos por que se realizarão. Expromissão e delegação. Exigências especiais . . . . . 257
157. *Distinções necessárias* – Distinção entre assunção de dívida e promessa de liberação. Distinção entre assunção de dívida e reforço pessoal de obrigação. Promessa de liberação; conceito; natureza. Título da promessa. Reforço pessoal de



obrigação; conceito e natureza. Adesão à dívida e fiança. Efeito essencial do reforço; solidariedade. Reforço e cessão de débito . . . . .	258
158. <i>Pressupostos e requisitos</i> – Obrigações válidas; obrigações imperfeitas e dívidas litigiosas. Propostas e aceitação. Forma. Objeto da cessão; dívidas presentes e futuras. Deveres secundários. Consentimento . . . . .	259
159. <i>Natureza da assunção de dívida</i> – Substituição do devedor por acordo entre o credor e terceiro; natureza contratual. Substituição por acordo entre devedor e terceiro; estipulação em favor de terceiro; teoria da ratificação; teoria da disposição; teoria da oferta. Ato de aquisição e de disposição . . . . .	260
160. <i>Delegação</i> – Esclarecimentos preliminares. Delegação sem novação. Mecanismo da delegação. Quando há delegação. Partes. . . . .	261
161. <i>Espécie</i> – Delegação privativa e delegação cumulativa. Delegação passiva, em que se distingue da delegação ativa. <i>Delegatio solvendi e delegatio promittendi</i> . . .	262
162. <i>Relações na delegação</i> – Relação entre delegante e delegado; entre delegante e delegatário; entre delegado e delegatário. Relações internas e externas . . . . .	264
163. <i>Estrutura da delegação</i> – Interdependência das relações. Concepções; unitária e atomística. Teorias unitárias: contrato com dupla proposta: contrato plurilateral; negócio plurilateral. Teorias atomísticas; a conexão funcional das relações . . . . .	265
164. <i>Expromissão</i> – Em que se distingue da delegação. Espécies de expromissão; liberatória e cumulativa. Oposição de exceções. Consequências do pagamento feito pelo expromitente. Expromissão com novação . . . . .	267
165. <i>A assunção de dívida no Direito pátrio</i> – Silêncio do Código Civil. Como é interpretada. Delegações privativa e novatória. Delegação cumulativa, sem novação. Possibilidade da assunção de dívida no Direito pátrio. Coexistência da delegação e expromissão com a novação. Sobrevivência da obrigação quando não há <i>animus novandi</i> . Opiniões contrárias à aceitação da assunção de dívida. A assunção de dívida e a liberdade de contratar . . . . .	268

## Capítulo 24

### TUTELA E GARANTIA DOS CRÉDITOS

166. <i>Generalidades</i> – Meios de tutela e garantia: acautelatórios, conservatórios, coercitivos, coativos. Garantias reais e pessoais. Seqüestro e ação pauliana. Direito de retenção. Execução judicial. Exame em conjunto das medidas de tutela . . . . .	271
167. <i>Medidas acautelatórias</i> – Garantias específicas. Garantias reais; penhor, caução, hipoteca, anticrese. Garantias pessoais; fiança, aval e solidariedade. Arras e multa. Alienação fiduciária em garantia . . . . .	273
168. <i>Medidas conservatórias</i> – Natureza processual. Proteção preventiva dos créditos. Arresto; em que consiste; processo acessório. Penhora com remoção. Ação pauliana. Alienação fraudulenta. Pressupostos da ação pauliana: <i>eventus damni e consilium fraudis</i> . Elementos objetivo e subjetivo; em que consistem. Aquisição a título oneroso e gratuito. A substituição processual . . . . .	275
169. <i>Medidas coercitivas e coativas</i> – O direito de retenção; conceito. Em que casos cabe seu uso. Requisitos para o exercício. Disciplina legal do direito de retenção.	

Particularizações. Exercício extrajudicial. Natureza do direito de retenção. Execução coativa. Execução sobre a pessoa. A relação processual. Remissão . . . . .	278
--	-----

## Capítulo 25

### DECLARAÇÃO UNILATERAL DE VONTADE

170. <i>Generalidades</i> – Declaração e negócio unilateral. Limitação aos casos legais. Posição das legislações. Silêncio de alguns Códigos; interpretação . . . . .	281
171. <i>Promessa de recompensa</i> – Em que consiste. Requisitos para a validade. O requisito especial da publicidade; anúncios públicos. Natureza. Revogabilidade da promessa. Fixação de prazo; impossibilidade de revogar a promessa. Execução do serviço por mais de uma pessoa; sucessiva e simultânea; sorteio . . . . .	284
172. <i>Concursos</i> – Concurso público; em que consiste. Condições para a validade. Julgamento; nomeação de julgadores. Sorteio. Premiação de obras literárias. Concursos com distribuição de prêmios . . . . .	285
173. <i>Constituição de fundação</i> – O ato fundacional. Instituição da fundação. Localização do Cód. Civil . . . . .	286

## Capítulo 26

### GESTÃO DE NEGÓCIOS

174. <i>O quase-contrato</i> – Formação do conceito de quase-contrato. Direito Romano; Gaio. Glosadores; Teófilo. Código Civil francês; influência de Pothier. Quase-contratos: a gestão de negócios e o pagamento indevido. Crítica à concepção do quase-contrato . . . . .	289
175. <i>Requisitos da gestão de negócios</i> – Conceitos. Partes: o gestor e o <i>dominus</i> . Requisitos: <i>negotium alienum</i> ; <i>utiliter coeptum</i> ; <i>animus negotia aliena gerandi</i> . Configuração do contrato; espontaneidade; propósito de obrigar. Inexistência de autorização representativa. Gestão de negócios e mandato tácito . . . . .	290
176. <i>Conteúdo</i> – Obrigações do gestor. Diligência na gestão. Comunicação ao <i>dominus</i> . Prestação de contas. Obrigação do dono do negócio. Cumprimento das obrigações contraídas pelo gestor. Reembolso das despesas. Remuneração do gestor . .	291
177. <i>Responsabilidade do gestor</i> – Quando responde pelo caso fortuito. Obrigação de indenizar. Responsabilidade por culpa . . . . .	292
178. <i>Ratificação e desaprovação</i> . Conceito. Efeitos da ratificação; teorias. Formas. Quando o dono pode desaprovar. Quando é obrigado a aceitar seus efeitos. Gestão necessária e gestão útil . . . . .	293
179. <i>Situações afins</i> – Prática de atos que se assemelham à gestão de negócios. Emprego útil de dinheiro . . . . .	294

## Capítulo 27

## PAGAMENTO INDEVIDO E ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

180. <i>Pagamento indevido</i> – O pagamento indevido como fonte autônoma. Direito romano: <i>condictionis</i> . <i>Condictio indebiti</i> e <i>condictio ob rem</i> . Ação de repetição. Outras <i>condictiones</i> ; <i>condictio ob causam finitam</i> ; <i>condictio ob turpem causam</i> . Enriquecimento sem causa. Pagamento indevido por erro . . . . .	297
181. <i>Efeitos</i> – Ação de repetição. Alienação de imóvel recebido indevidamente; hipóteses. Quando não cabe a repetição do indébito. Obrigações que nascem do pagamento indébito . . . . .	299
182. <i>Enriquecimento sem causa</i> – Teoria geral. Fonte específica de obrigações. Aplicação de princípios relativos ao pagamento indevido. Requisitos: enriquecimento, empobrecimento, nexo de causalidade; falta de causas ou causa injusta. . . . .	300
183. <i>A actio de in rem verso</i> . . . . .	302

## Capítulo 28

## TÍTULOS DE CRÉDITO

(RA) 184. <i>Generalidades (RA)</i> . . . . .	305
185. <i>Títulos ao portador</i> – Títulos ao portador e o novo conceito de obrigação. O fenômeno da incorporação da obrigação a um título. Conceito de título ao portador. Teorias explicativas do contrato e da criação. Subdivisões da teoria contratualista. Teoria da criação: fundamentos; objeções. Aceitação pelos Códigos . . . . .	308
186. <i>Efeitos dos títulos ao portador</i> – Quando nasce a obrigação. Recusa de pagamento; em que se pode fundar a defesa do subscritor; nulidades extrínsecas e intrínsecas. Circulação do título. A quem deve ser efetuado o pagamento. Direito à recuperação do título. Quando pode ser exigida a justificação do portador. Credor eventual e definitivo. Direito do portador. Controle de emissão dos títulos ao portador. . . . .	311
(RA) 187. <i>Títulos à ordem (RA)</i> . . . . .	312
(RA) 188. <i>Título nominativo (RA)</i> . . . . .	313